

HABEAS CORPUS Nº 502.012 - RS (2019/0093197-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : TOMAS ANTONIO GONZAGA E OUTROS
ADVOGADOS : JEAN DE MENEZES SEVERO - RS060118
TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA - RS0103940
GIAN DIAS DE OLIVEIRA - RS107737
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LEANDRO YAMASAKI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LEANDRO YAMASAKI no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Consta dos autos que foi substituída a prisão preventiva do paciente por prisão domiciliar. No entanto, a domiciliar foi revogada pelo Juízo de piso, ante o descumprimento de suas condições.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 9):

PRISÃO DOMICILIAR. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA. POSSIBILIDADE.

Como afirmou a Procuradora de Justiça em seu parecer: “A decisão que concedeu a prisão domiciliar a Leandro é clara sobre quais as condições para a concessão do benefício e as consequências do seu descumprimento... verificou-se que, em que pese o paciente estar cientificado das condições da benesse, este as ignorou, transitando livremente pelas dependências do Foro Central. Leandro tirou cópias do presente feito e até mesmo participou de audiências, sem preocupar-se com sua condição de segregado domiciliarmente, e, menos ainda, com as consequências dessa conduta. Assim, tem-se que a segregação é necessária, visto que a aplicação da benesse da prisão domiciliar não se mostrou suficiente.” DECISÃO: Habeas corpus denegado. Unânime.

Na presente impetração, alega a defesa que “o paciente jamais ameaçou testemunhas ou a corré no curso do processo QUE ESTÁ SOLTA COM MEDIDAS CAUTELARES DE APRESENTAÇÃO MENSAL EM JUÍZO E RECOLHIMENTO NOTURNO. O paciente vem há quase um ano cumprindo todas

determinações judiciais, trabalhando para se manter e comparecendo a todos atos processuais sem dúvida a revogação da prisão domiciliar se demonstra totalmente arbitrária com base em pedidos anteriormente negados pela magistrada titular, nenhum fato novo é trazido aos autos para que se justifique a revogação da prisão domiciliar" (e-STJ fl. 7).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a substituição da prisão preventiva por domiciliar, e requer que *"seja deferida autorização para que o paciente possa trabalhar durante o dia recolhendo-se durante a noite"* (e-STJ fl. 7).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, mormente ante os fundamentos exarados pelo Juízo de piso ao consignar que *"o réu é visto reiteradamente nas dependências do Fórum, além de existir registros de ocorrência, que configuram delitos autônomos previstos no Código de Trânsito Brasileiro e infração prevista no Estatuto do Desarmamento, a demonstrar que não é a primeira vez que descumpre a medida, muito pelo contrário, verifica-se ser recorrente não se mostrando possível a manutenção da prisão domiciliar, conforme concedido pelo E. Tribunal de Justiça. Além disso, há uma carta redigida pela genitora da corré Gabriela, na qual ela informa que a sua família está se sentindo ameaçada por Leandro, que passou a acompanhar o perfil de sua filha Pâmela em uma rede social e coagir a corré a não prestar esclarecimentos, demonstrando nítida situação de embaraço à instrução criminal, com temor real ante a informação do descarte de uma arma de fogo, durante uma das ocorrências"* (e-STJ fls. 14/15).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator